COMPANHIA PETROQUÍMICA DO NORDESTE

CNPJ nº 16.234.627/0001-47
NIRE nº 29300002097

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, a Administração da COPENOR - Companhia Petroquímica do Nordeste submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, ressaltando os principais fatos ocorridos neste período. **Comentários Gerais -** Não obstante o cenário de incertezas na política internacional (conflitos e ameaças entre Estados Unidos e Coreia do Norte e o Brexit), 2017 foi um ano positivo no cenário econômico, especialmente pelo bom desempenho das economias da China e dos Estados Unidos. No Brasil, mesmo diante das turbulências no cenário político, pela incerteza em relação à aprovação das reformas pretendidas pelo Governo Federal, o ano de 2017 foi marcado pelo aumento da confiança em relação à retomada da economia brasileira, bem como pela queda da inflação e das taxas de juros, culminando com um discreto crescimento do PIB, após dois anos de profunda recessão. Também merecendo destaque a reação no mercado de trabalho e a estabilidade cambial. Relativamente à Copenor, merece destaque o sucesso da implementação do novo modelo de negócio baseada na estratégia de paralisação, em julho de 2016, da produção de metanol em Camaçari - Bahia, que além de ter propiciado uma maior previsibilidade aos negócios, aliada à significativa redução de custos, permitiu a retomada de resultados positivos pela Companhia. Destacamos também a conclusão da operação de alongamento da dívida da Companhia junto aos seus principais credores, que em conjunto com a melhoria dos resultados, propiciou uma significativa melhora nos seus indicadores de liquidez. **Produção e Vendas Consolidadas -** A partir de julho de 2016, após a paralisação da produção de metanol, a Companhia passou a utilizar metanol importado tanto para a produção de formol em Camaçari, como para a revenda deste produto também no nordeste, mantendo seu faturamento no mesmo patamar do ano anterior. **Metanol -** Conforme explanado no Contexto Operacional contido nas Notas Explicativas, a Planta de Metanol está hibernada por tempo indeterminado desde o dia 18 de julho de 2016. As vendas de metanol importado em 2017 atingiram o volume de 94,3 mil toneladas, incremento de 3,3% em comparação as 91,3 mil toneladas do ano anterior. **Formaldeído (Formol) -** As plantas de formaldeído produziram um total de 44,2 mil toneladas em 2017 versus 51,5 mil toneladas no ano anterior, diminuição de 14,2%. Do total produzido, foram utilizadas internamente 7,6 mil toneladas para a produção de hexamina em 2017, contra 11,1 mil toneladas do ano anterior. As vendas do formol registraram 35,4 mil toneladas em 2017, contra 44,0 mil toneladas do ano anterior, diminuição de 24,3% em função da retração da demanda. **Hexametilenotetramina (Hexamina) -** A planta de hexamina produziu um total de 2,1 mil toneladas em 2017, contra 3,1 mil toneladas em 2016, diminuição de 32,3%. As vendas em 2017 totalizaram 1,9 mil toneladas contra 3,0 mil toneladas do ano anterior, diminuição de 36,7% determinada em função da retração da demanda. **Sistema de Gestão Integrado - SGI -** A Companhia estabeleceu como missão produzir e distribuir produtos químicos, com ênfase no metanol e seus derivados, bem como participar de negócios da cadeia desses produtos, de forma sustentável, com qualidade, segurança, responsabilidade social e ambiental. Direcionando seus esforços para alcançar o nível de excelência de desempenho e de conduta ética dentro de um mercado cada vez mais competitivo e globalizado, a COPENOR implantou em 2007 seu Sistema de Gestão Integrado, obtendo no mesmo ano os certificados pelas normas ISO 9001:2008 - Sistema de Gestão da Qualidade, ISO 14001:2004 - Sistema de Gestão Ambiental e OHSAS 18001:2007 - Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho. Em 2017, a COPENOR, dando continuidade à manutenção do seu Sistema de Gestão, no seu terceiro ciclo trianual de manutenção dos Certificados, foi submetida a duas Auditorias pela empresa certificadora BSI Brasil e a outras diversas Auditorias conduzidas por seus clientes, obtendo excelentes resultados em todas elas. Visando atender aos requisitos dos seus clientes e acionistas, respeitando o meio ambiente, a saúde e a segurança dos seus empregados e prestadores de serviço, a COPENOR através da adoção de um Sistema de Gestão por Processos, definiu uma série de indicadores que possibilitam um monitoramento constante e sistematizado de todos os Processos. Em 2017, teve um percentual de 95,50% dos seus indicadores alcançando as metas estabelecidas para o ano, superando os 80% fixados como meta. Com um Sistema de Gestão consolidado, a COPENOR vem ano a ano buscando a melhoria contínua de seus Processos, eliminando a recorrência de erros e, consequentemente, reduzindo custos e aumentando a eficácia da Companhia como um todo. **Recursos Humanos -** No ano de 2017, foi dada continuidade ao Programa Anual de Treinamento, visando as necessidades de manutenção do processo do SGI, atendimento à legislação e atendimento aos programas voltados para a Segurança, enfatizando e valorizando os multiplicadores internos na capacitação dos seus profissionais. Foi também dada continuidade ao SGD - Sistema de Gestão do Desempenho, utilizando o mesmo método desenvolvido em 2016 de avaliação de desempenho individual, estruturado internamente, com ênfase nos fatores comportamentais e atitudes, objetivando a mensuração do efetivo desempenho dos empregados em alinhamento com os objetivos estabelecidos para o exercício, sem deixar de considerar as transformações organizacionais e culturais, bem como a importância de ampliar as ações de desenvolvimento atitudinal de seus gestores e colaboradores individuais.

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO DA COMPANHIA EXERCÍCIOS SOCIAIS DE 2017 E 2016

(Em Milhares de Reais - R$)	Consolidado			
	2017	% ROL	2016	% ROL
Receita Líquida (ROL)	**192.739**	**-**	**184.216**	**-**
Custo dos Produtos Vendidos	**(151.803)**	**-79%**	(153.866)	-84%
Depreciação dos Produtos Vendidos	**(1.459)**	**-1%**	(3.584)	-2%
Total do CPV	**(153.262)**	**- 80%**	(157.450)	-85%
Lucro Bruto	**39.477**	**20%**	**26.766**	**15%**
1- Despesa com Vendas	**(17.177)**	**-9%**	(13.289)	-7%
2- Despesas Gerais, Administrativas, e Honorários	**(11.553)**	**-6%**	(13.488)	-7%
3 - Outras Receitas (Despesas) Operacionais	**(32)**	**0%**	2.389	1%
4 - Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado	**(1.400)**	**-1%**	(176)	0%
5- Despesa com ociosidade (Capacidade ociosa)	**(768)**	**0%**	(2.514)	-1%
EBITDA	**10.006**	**5%**	**3.272**	**2%**
6 - Depreciação e Amortização	**(780)**	**0%**	(3.433)	2%
7- Resultado Financeiro Líquido	**(6.444)**	**-3%**	(6.584)	-4%
8 - Provisão para perda na realização da planta paralizada	**-**	**0%**	(16.667)	-9%
Despesas Operacionais (1+2+3+4+5+6+7)	**(38.154)**	**-20%**	**(37.095)**	**-20%**

Análise do Desempenho Operacional
Receita Líquida - A receita líquida de 2017, R$ 192.739 mil teve um crescimento de 4,6% em relação a 2016, R$ 184.216 mil, motivado principalmente pelo incremento da demanda de revenda do Metanol. **LUCRO BRUTO -** O lucro bruto do exercício de 2017, R$ 39.477 mil apresentou um aumento de 47%, em comparação ao ano anterior, R$ 26.766 mil, resultado esse influenciado pelo incremento da receita e pela da redução dos custos. **DESPESAS OPERACIONAIS -** As despesas com vendas de 2017, R$ 17.177 mil, aumentaram em 29% em relação ao ano anterior, R$ 13.289 mil, motivado pelas despesas com fretes de mercadorias. Já as despesas gerais/administrativas de 2017, R$ 11.553, foi 14% menor em relação ao ano anterior, R$ 13.488 mil, em função da otimização da estrutura operacional da Companhia após a paralisação da produção do metanol.

EBITDA

(Em Milhares de Reais - R$)	Consolidado		
	2017	2016	Var
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**192.739**	184.216	5%
Prejuízo antes da tributação	**1.323**	(26.996)	105%
(+) Resultado financeiro líquido	**6.444**	6.584	2%
(+) Depreciação e amortização	**2.239**	7.017	-68%
(+) Provisão para perda na realização da planta paralizada	**-**	16.667	-100%
EBITDA	**10.006**	**3.272**	**206%**
MARGEM EBITDA (*)	**5,19%**	**1,78%**	

(*) A Margem EBITDA (EBITDA dividido pela Receita Operacional Líquida)
O EBITDA teve um incremento de 206% na comparação com o ano anterior, em função do Novo Modelo de Negócios da Companhia, baseado na importação do Metanol para revenda, bem como para a produção do Formaldeído (formol) a fim de atender ao mercado do N/NE, e, com uma gestão de custos mais adequada. **Resultados Consolidados -** O lucro líquido em 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 3.504 mil no consolidado, enquanto que no exercício de 2016 registrou-se um prejuízo de R$ 26.651 mil. O resultado operacional positivo em 2017, R$ 7.767 mil, teve como principal origem o novo modelo de negócio com a paralisação da produção de metanol e a redução significativa dos custos das operações. Adicionalmente, o lucro líquido do período registrou a receita de R$ 1.837 mil, referente à utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro para quitação de demandas tributárias com base no Programa Especial de Regularização Tributária do Governo Federal. As despesas financeiras líquidas mantiveram-se nos mesmos níveis do ano anterior, mas com tendência de queda para os próximos anos resultado da renegociação da dívida mencionada acima. **Relacionamento com os Auditores Independentes -** A Política de Gestão da Companhia, no que tange à contratação de serviços junto aos seus auditores independentes não relacionados a serviços de auditoria externa, assegura que não há conflito de interesse, perda de independência ou objetividade. Em 2017, não houve contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes da Companhia. **Perspectivas -** Para o exercício de 2018, em função da nova configuração operacional da Companhia, que permite maior previsibilidade de seus negócios e custos competitivos, e com perspectiva de continuidade da retomada do crescimento econômico do Brasil, a Administração acredita que manterá a trajetória de resultados positivos. A Administração, finalmente, agradece o decisivo apoio recebido dos Acionistas, clientes, fornecedores, agentes financeiros, comunidade e, em especial, o empenho e a dedicação de seus colaboradores. Camaçari, 15 de março de 2018. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	NE	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	**10.637**	6.228	**11.198**	6.761
Contas a receber	7	**10.266**	11.437	**10.266**	11.736
Estoques	8	**31.022**	25.535	**31.022**	25.535
Tributos a recuperar	9	**1.586**	3.512	**1.586**	3.512
Despesas antecipadas		**184**	86	**184**	86
Instrumentos financeiros derivativos	12	**-**	641	**-**	641
Outros ativos circulantes		**3.044**	871	**3.044**	871
		56.739	48.310	**57.300**	49.142
Não circulante					
Contas a receber	7	**5.880**	6.084	**5.880**	6.084
Tributos a recuperar	9	**9.090**	5.227	**9.090**	5.227
Depósitos judiciais	15	**5.775**	6.609	**5.775**	6.609
Valores a receber de partes relacionadas	13	**11.982**	11.789	**11.982**	11.789
Investimentos	10	**1.207**	1.196	**646**	646
Imobilizado	11	**24.972**	28.269	**24.972**	28.269
Intangível		**181**	242	**181**	242
Diferido		**54**	409	**-**	-
		59.141	59.825	**58.526**	58.866
Total do ativo		**115.880**	**108.135**	**115.826**	**108.008**

Passivo e patrimônio líquido	NE	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante					
Fornecedores		**31.558**	21.527	**31.558**	21.809
Empréstimos e financiamentos	12	**12.903**	34.421	**12.903**	34.421
Tributos a recolher		**2.411**	3.520	**2.411**	3.520
Parcelamento de tributos		**11**	-	**11**	-
Provisões para férias e encargos		**2.118**	2.134	**2.118**	2.134
Outros passivos circulantes		**1.742**	3.238	**1.742**	3.238
		50.743	64.840	**50.743**	65.122
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	**19.291**	1.000	**19.291**	1.000
Parcelamento de tributos		**90**	-	**90**	-
Valores a pagar a partes relacionadas	13	**4**	4	**4**	4
Tributos diferidos	14	**4.185**	4.529	**4.185**	4.529
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	**3.897**	3.241	**3.897**	3.241
		27.467	8.774	**27.467**	8.774
Capital social		**112.960**	112.960	**112.960**	112.960
Reservas de capital		**16.128**	16.128	**16.128**	16.128
Reserva de lucros		**251**	251	**251**	251
Ajuste de avaliação patrimonial		**8.126**	8.795	**8.126**	8.795
Prejuízos acumulados		**(99.795)**	(103.613)	**(99.849)**	(104.022)
		37.670	34.521	**37.616**	34.112
Total do passivo e patrimônio líquido		**115.880**	**108.135**	**115.826**	**108.008**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto lucro básico e diluído por ação expresso em reais)

	NE	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receita operacional líquida	20	**191.836**	183.127	**192.739**	184.216
Custo dos produtos vendidos	21	**(152.789)**	(156.827)	**(153.262)**	(157.450)
Lucro bruto		**39.047**	26.300	**39.477**	26.766
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	21	**(17.177)**	(13.289)	**(17.177)**	(13.289)
Gerais e administrativas	21	**(9.877)**	(11.980)	**(9.877)**	(11.980)
Honorários dos administradores	13	**(2.002)**	(1.868)	**(2.002)**	(1.868)
Participação dos empregados e administradores		**-**	-	**-**	-
Ociosidade	17	**(1.222)**	(5.587)	**(1.222)**	(5.587)
Outras despesas operacionais, líquidas	21	**(1.360)**	(14.454)	**(1.432)**	(14.454)
Equivalência patrimonial	10	**11**	(44)	**-**	-

(continuação)

	NE	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		**7.420**	(20.922)	**7.767**	(20.412)
Receitas financeiras	22	**688**	3.440	**688**	3.440
Despesas financeiras	22	**(6.784)**	(12.774)	**(6.788)**	(12.777)
Variação cambial, líquida	22	**(356)**	2.854	**(344)**	2.753
Lucro (prejuízo) antes da tributação		**968**	(27.402)	**1.323**	(26.996)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	**2.181**	345	**2.181**	345
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**3.149**	(27.057)	**3.504**	(26.651)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**3.149**	(27.057)	**3.504**	(26.651)
Outros resultados abrangentes, líquidos	**669**	670	**669**	670
Total dos resultados abrangentes do exercício	**3.818**	**(26.387)**	**4.173**	**(25.981)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) Liquido do Exercicio	**3.149**	**(27.057)**	**3.504**	**(26.651)**
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) liquido do exercicio				
Depreciação, liquida da dep. alocada ao estoque	**2.593**	7.423	**2.239**	7.016
Resultado de participações societárias	**(11)**	44	**-**	-
Baixa de ativos de longa duração	**1**	16.494	**1**	16.494
Imposto de Renda e C.Soc. Sobre o lucro	**-**	-	**-**	-
Imposto de Renda e C.Soc. Diferidos	**(2.181)**	(345)	**(2.181)**	(345)
Participação nos lucros	**-**	-	**-**	-
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	**6.452**	6.479	**6.444**	6.584
Variação do capital circulante operacional	**10.003**	**3.038**	**10.007**	**3.098**
Contas a receber de clientes	**1.171**	6.642	**1.470**	6.344
Estoques	**(5.398)**	(11.604)	**(5.398)**	(11.604)
Tributos a recuperar	**1.925**	(273)	**1.925**	(273)
Demais contas a receber	**(1.630)**	4.322	**(1.630)**	4.322
Fornecedores	**10.033**	10.824	**9.751**	11.106
Tributos a recolher	**(1.109)**	365	**(1.109)**	365
Provisões diversas	**(17)**	(865)	**(17)**	(865)
Demais contas a pagar	**(1.494)**	399	**(1.494)**	399
Caixa Gerado pelas operações	**13.484**	**12.848**	**13.505**	**12.892**
Pagamento de juros e encargos financeiros	**(7.431)**	(6.797)	**(7.424)**	(6.903)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**-**	**-**	**-**	**-**
Caixa líquido gerado pelas atividades operações	**6.053**	**6.051**	**6.081**	**5.989**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Intangível	**-**	-	**-**	-
Imobilizado	**(370)**	(548)	**(370)**	(548)
Recebimento Venda de Imobilizado	**-**	-	**-**	-
Caixa liquidos nas atividades de investimento	**(370)**	**(548)**	**(370)**	**(548)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras	**41.944**	30.088	**41.944**	30.088
Empréstimos com empresa ligada	**10**	1	**10**	1
Pagamentos a instituições financeiras	**(44.193)**	(33.355)	**(44.193)**	(33.355)
Demais recursos aplicados	**965**	(3.304)	**965**	(3.304)
Caixa liquido nas atividades de financiamento	**(1.274)**	**(6.570)**	**(1.274)**	**(6.570)**
Geração (aplicação) liquido de caixa e equivalentes de caixa	**4.409**	**(1.067)**	**4.437**	**(1.129)**
Caixa e equivalentes de caixa				
no inicio do exercicio	**6.228**	7.295	**6.761**	7.889
no final do exercicio	**10.637**	6.228	**11.198**	6.761
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**4.409**	**(1.067)**	**4.437**	**(1.128)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Controladora								Consolidado
		Reserva de capital		Reserva de lucros			Total		
	Capital social	Correção monetária do capital	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de incentivo fiscal	Ajuste de avaliação patrimonial *	Prejuízos acumulados	Total	Baixa do ativo diferido	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	112.960	182	15.946	251	9.465	(77.226)	61.578	(815)	60.763
Ajuste de avaliação patrimonial									
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(1.015)	1.015	-	-	-
Tributação sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	345	(345)	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(27.057)	(27.057)	406	(26.651)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	112.960	182	15.946	251	8.795	(103.613)	34.521	(409)	34.112
Ajuste de avaliação patrimonial									
Realização do custo atribuído	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.013)**	**1.013**	**-**	**-**	**-**
Tributação sobre a realização do custo atribuído	**-**	**-**	**-**	**-**	**344**	**(344)**	**-**	**-**	**-**
Lucro do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.149**	**3.149**	**355**	**3.504**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**112.960**	**182**	**15.946**	**251**	**8.126**	**(99.795)**	**37.670**	**(54)**	**37.616**

* Outros Resultados Abrangentes.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Continua»»»

COPENOR - COMPANHIA PETROQUÍMICA DO NORDESTE - CNPJ/MF Nº 16.234.627/0001-47 - NIRE Nº 29300002097

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 .Contexto Operacional - A Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste ("Copenor" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada integralmente pela Metanor S.A. - Metanol do Nordeste. A sede da Companhia está localizada na Rua Eteno 1.042, Polo Petroquímico de Camaçari-Bahia, sendo a mesma produtora de Metanol, Formaldeído, Hexametilenotetramina, além de comercializar outros produtos químicos e petroquímicos importados. O metanol e seus derivados, principais produtos acabados da Copenor, são importantes matérias-primas ou insumos para os segmentos de biodiesel, chapas acrílicas, indústria têxtil, papel e celulose, aditivo de combustíveis, herbicidas para a agricultura de soja transgênica, resinas de tintas e vernizes, resinas de madeira, indústria de couro/curtumes, componentes automotivos como lonas, pastilhas de freios, embreagens, produtos de borracha etc. Após a paralização da planta de metanol em 18 de julho de 2016, a Companhia passou a utilizar o metanol de origem importada para as suas linhas de produção de formaldeído e hexamina em Camaçari, através de contrato de exclusividade com grande produtor internacional, garantindo o suprimento dos seus clientes de metanol no Nordeste. A nova configuração operacional está fundamentada no Contrato de Fornecimento de Formol para a MONSANTO DO BRASIL LTDA., em vigor a partir de 01 de setembro de 2016 até 31 de agosto de 2021, a partir de metanol importado por Aratu, Bahia, em bases extremamente competitivas para seu uso como matéria prima e revenda nesta região, o que permite a manutenção do mesmo nível de faturamento dos produtos, além de continuar atuando no mercado de metanol no Nordeste de modo competitivo e com rentabilidade mais previsível. Cabe ainda destacar, que em 24 de julho de 2017 a Administração da Companhia assinou contrato de alongamento da dívida através de uma operação de empréstimo na modalidade CCB (cédula de crédito bancário), no valor de R$ 27.446 mil, para pagamento em 28 (vinte e oito) parcelas mensais não lineares, com garantia de cessão fiduciária do contrato de Fornecimento com a Monsanto. Essa operação sindicalizada com os Bancos Itaú, Santander e Bradesco permitirá maior equilíbrio financeiro da Companhia para os próximos anos. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis (i) Aspectos gerais -** A conclusão destas demonstrações contábeis, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, foi autorizada pela Diretoria em 15 de março de 2018. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **(ii) Principais práticas contábeis -** As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia: a) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira - Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. b) Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos não financeiros - A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Considerando a expectativa de utilização dos ativos até o final da sua vida útil, usualmente o valor recuperável é o valor em uso. c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos - Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações contábeis da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: i. A seleção de vidas úteis e a análise de recuperação do ativo imobilizado e ativos intangíveis; ii. A provisão para créditos de liquidação duvidosa; iii. A provisão para perdas no estoque; iv. A provisão para perdas nos investimentos; v. O imposto de renda e contribuição social diferidos; vi. A provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis; vii. A mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; viii. As estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº 475/08. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. e) Benefícios a colaboradores e plano de previdência privada - A Companhia concede aos colaboradores benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, participações nos resultados e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia. f) Consolidação - A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. **3. Pronunciamentos novos ou revisados -** Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigendo a partir de 2017 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Adicionalmente novos pronunciamentos e interpretações foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data da emissão das demonstrações contábeis da Companhia, os quais estão divulgados abaixo: **IFRS 9 Instrumentos Financeiros (vigência a partir de 01/01/2018) -** Inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. - A Companhia não espera que estas normas produzam impactos relevantes em suas demonstrações contábeis. **IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes (vigência a partir de 01/01/2018) -** Exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("*U.S. GAAP*") quando for adotada. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. - A Companhia não espera que estas normas produzam impactos relevantes em suas demonstrações contábeis. **IFRS 16 Arrendamento mercantil (vigência a partir de 01/01/2019) -** Dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. - A Companhia não espera que estas normas produzam impactos relevantes em suas demonstrações contábeis. **4. Demonstrações contábeis consolidadas -** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e da sua controlada direta Logipal Trade S.A.. **4.1 Conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido -** A conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado é assim resumida:

	Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2017	2016	2017	2016
Controladora	**37.670**	34.521	**3.149**	(27.057)
Baixa do diferido (a)	**(54)**	(409)	**-**	-
Reversão da amortização do diferido (a)	**-**	-	**355**	406
Consolidado	**37.616**	**34.112**	**3.504**	**(26.651)**

(a) A Companhia optou pela manutenção do ativo diferido até a sua amortização total, conforme permitido pela deliberação nº 565 da CVM, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção inicial da Lei nº 11.638/07. **5. Gestão de risco financeiro - 5.1 Fatores de risco financeiro -** A Copenor está exposta aos seguintes riscos: a) Gestão de risco de capital - A Companhia promove a gestão do capital através de diretrizes emanadas dos acionistas controladores que estabelecem parâmetros qualitativos e quantitativos para melhor adequar a estrutura de capital. Ela leva em consideração o setor petroquímico no qual está inserida e é ajustada considerando as mudanças nas condições econômicas do país. A gestão de capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a Companhia, envolvendo todos os aspectos que definem uma estrutura de capital ótima, tal como o custo do endividamento, além de poder promover ajustes na política de pagamento de dividendos aos acionistas. b) Exposição a riscos de *commodities* - A Companhia está exposta à variação de preços de algumas commodities petroquímicas, em especial, a de seu principal produto, o metanol. A Companhia procura repassar as oscilações de preços desse produto provocadas pela flutuação da cotação internacional. c) Exposição a riscos cambiais - Alguns empréstimos e financiamentos, insumos e produtos têm preços denominados ou influenciados pelas cotações internacionais de commodities, as quais são usualmente denominadas em dólares. A política para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente. São adotados procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com uma Política de Gestão Financeira e com uma Política de Gestão de Riscos. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento. d) Exposição a riscos de taxas de juros - A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da SELIC, das taxas pré-fixadas em reais e da variação do CDI diário. e) Exposição a riscos de crédito - As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e outras contas a receber, onde a fica exposta ao risco da instituição financeira ou cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a Copenor mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte. Com relação ao risco de crédito de clientes, a Copenor tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias. f) Análise de sensibilidade de variações no CDI e LIBOR - Apresentamos a seguir, em 31 de dezembro de 2017, análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Adicionalmente, dois outros cenários, possível e remoto, são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

			Efeito no resultado		
Operação	**Risco**	**Taxa cenário provável**	**Provável**	**Possível**	**Remoto**
Empréstimos e financiamentos	Variação do CDI	6,89%	(1.860)	(2.325)	(2.790)
Empréstimos e financiamentos	Variação da Libor	2,11%	(110)	(137)	(164)
Aplicações financeiras	Variação do CDI	6,89%	702	877	1.052
Efeito líquido total			**(1.268)**	**(1.585)**	**(1.902)**

A análise de sensibilidade, supracitada, considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos. **5.2 Instrumento financeiro por categoria -** Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Copenor são: • **Mensurados a valor justo por meio do resultado:** são registrados nesta categoria os instrumentos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Estes instrumentos são mensurados ao valor justo. Os equivalentes de caixa (aplicações financeiras) e instrumentos financeiros derivativos são classificados nesta categoria. • **Empréstimos e recebíveis:** são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, quando aplicável. Caixa, depósitos judiciais e contas a receber são classificados nesta categoria. • **Outros passivos financeiros:** Fornecedores, parcelamento de tributos, empréstimos e financiamentos que são classificado nessa categoria, são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. Os demais passivos são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros registrados no ativo e no passivo têm liquidez imediata ou vencimento em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

					Controladora	
	Empréstimos e recebíveis		Ativos ao valor justo por meio do resultado		Total	
Ativos financeiros	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Contas a receber de clientes	**16.146**	17.521	**-**	-	**16.146**	17.521
Instrumentos financeiros derivativos	**-**	-	**-**	641	**-**	641
Valores a receber de partes relacionadas	**11.982**	11.789	**-**	-	**11.982**	11.789
Depósitos judiciais	**5.775**	6.609	**-**	-	**5.775**	6.609
Caixa e equivalentes de caixa	**454**	364	**10.183**	5.864	**10.637**	6.228
	34.357	**36.283**	**10.183**	**6.505**	**44.450**	**42.788**

					Consolidado	
	Empréstimos e recebíveis		Ativos ao valor justo por meio do resultado		Total	
Ativos financeiros	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Contas a receber de clientes	**16.146**	17.820	**-**	-	**16.146**	17.820
Instrumentos financeiros derivativos	**-**	-	**-**	641	**-**	641
Depósitos judiciais	**5.775**	6.609	**-**	-	**5.775**	6.609
Caixa e equivalentes de caixa	**1.015**	897	**10.183**	5.864	**11.198**	6.761
	22.936	**25.326**	**10.183**	**6.505**	**33.119**	**31.831**

	Controladora		Consolidado	
Outros passivos financeiros	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Empréstimos e financiamentos	**32.194**	35.421	**32.194**	35.421
Valores a pagar a partes relacionadas	**4**	4	**4**	4
Fornecedores	**31.558**	21.527	**31.558**	21.809
	63.756	**56.952**	**63.756**	**57.234**

5.3 Hierarquia de valor justo - A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:	**Hierarquia do Valor Justo**	**Consolidado 2017**	**Consolidado 2016**
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	**-**	641
Aplicações financeiras	Nível 1	**10.183**	5.864
		10.183	**6.505**

6. Caixa e equivalentes de caixa - Inclui caixa, saldos positivos e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Caixa e bancos	**454**	364	**1.015**	897
Aplicações financeiras (Debêntures)	**10.183**	5.864	**10.183**	5.864
	10.637	**6.228**	**11.198**	**6.761**

As aplicações financeiras possuem rendimentos entre 72% a 101% do CDI. **7. Contas a receber -** A provisão para devedores duvidosos é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Clientes nacionais	**9.935**	10.353	**9.935**	10.652
Clientes no exterior	**281**	313	**281**	313
Empresas ligadas	**6.970**	7.895	**6.970**	7.895
	17.186	**18.561**	**17.186**	**18.860**
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	**(1.040)**	(1.040)	**(1.040)**	(1.040)
	16.146	**17.521**	**16.146**	**17.820**
Ativo circulante	**10.266**	11.437	**10.266**	11.736
Ativo não circulante (a)	**5.880**	6.084	**5.880**	6.084

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
A vencer	**10.222**	11.412	**10.222**	11.711
Vencidas 1-30 dias	**18**	-	**18**	-
Vencidas 31-60 dias	**-**	-	**-**	-
Vencidas 61-90 dias	**-**	-	**-**	-
Vencidas há mais de 90 dias	**6.946**	7.149	**6.946**	7.149
	17.186	**18.561**	**17.186**	**18.860**

(a) Refere-se a contas a receber decorrente de vendas efetuadas para a GPC Química S.A., parte relacionada, que encontra-se em processo de recuperação judicial. Em 19/10/2016, foi realizada uma Assembleia Geral de Credores das empresas GPC onde foi aprovado um Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial que alterou a forma de pagamento aos credores. Para a Classe III onde se encontra o crédito da Copenor, foram estabelecidas duas opções quais sejam: 1) conversão dos créditos em ações preferenciais da GPC Participações S.A. até o limite de 10% do capital; 2) pagamento do crédito em 360 meses com parcelas mensais corrigidas pelo INPC anualmente. Em 16/11/2016 a Copenor entregou o Termo de Opção ao juízo da recuperação com a escolha sobre a forma de pagamento descrita no item 2 acima, e procedeu a reversão da provisão de R$ 2.812 para perdas na realização do referido crédito. A seguir é demonstrada a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2017	2016
Em 1º de janeiro	**(1.040)**	(3.538)
Adições	**-**	(321)
Baixas	**-**	2.819
Em 31 de dezembro	**(1.040)**	**(1.040)**

8. Estoques (Controladora e Consolidado) - Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. Quando aplicável, uma provisão para perdas para estoques de baixa rotatividade, obsoletos ou quando há perspectiva de realização abaixo do custo é constituída.

	2017	2016
Produtos acabados	**5.552**	7.447
Matérias primas e embalagens	**8.201**	5.266
Almoxarifado	**3.958**	3.970
Importação em andamento	**13.311**	8.852
Total	**31.022**	**25.535**

9. Tributos a recuperar (Controladora e Consolidado)

	2017	2016
Circulante		
ICMS a recuperar operações - Camaçari	**35**	50
Impostos federais	**1.551**	3.447
Impostos a recuperar - ICMS sobre imobilizado	**-**	15
Total	**1.586**	**3.512**
Não Circulante		
ICMS a recuperar operações - São Paulo	**4.630**	4.879
Impostos a recuperar - ICMS sobre imobilizado	**-**	-
Finsocial e outros impostos a recuperar	**4.460**	348
Total	**9.090**	**5.227**

(a) O ICMS a recuperar do Estado de São Paulo, no valor de R$ 4.630 (31 de dezembro de 2016 - R$ 4.879), refere-se a créditos acumulados na Copenor pelas diferenças de alíquotas nas aquisições de matérias-primas. Em 13 de junho de 2016, transitou em julgado decisão favorável à Copenor, proferida nos autos de ação ordinária, sendo reconhecido em definitivo, a procedência dos créditos no valor de 364.684,07 UFESP´s. A Administração da Copenor retende realizar o crédito através de transferência a partes relacionadas, à terceiros, ou compensando com ICMS pago na importação de matéria prima, tendo solicitado o cumprimento da decisão judicial, com o registro do valor correspondente às 364.684,07 UFESP´s na conta de créditos acumulados junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

10. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
Participação em controlada	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Logipal Trade S.A.	**561**	550	**-**	-
Outros investimentos	**646**	646	**646**	646
Total	**1.207**	**1.196**	**646**	**646**

Os dados da controlada e a movimentação do investimento em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são como segue:

	2017	2016
Patrimônio líquido	**561**	550
Lucro/Prejuízo dos exercícios	**11**	(44)
% de Participação acionária	**100%**	100%
Resultado de equivalência patrimonial do exercício	**11**	(44)

Outros investimentos referem-se a participações detidas em empresas registradas pelo custo de aquisição, que não excede o valor de realização. **11. Imobilizado (Controladora e Consolidado)** - Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção dos bens. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas no quadro abaixo e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **Adoção do custo atribuído *(deemed cost)*** - Conforme estabelecido pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Companhia optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado *(deemed cost)* somente para as classes de ativos a saber: • Máquinas e equipamentos: unidade produtiva de metanol, R$ 13.889; • Máquinas e equipamentos: unidade produtiva de formol, R$ 3.537; • Terrenos: R$ 4.099. **Garantias envolvendo imobilizados -** A Copenor possui bens do ativo imobilizado dados em garantia de processos judiciais no montante de R$ 11.218 (2016 - R$ 11.185).

Planta paralisada e provisão para perdas

				31/12/2017
	Custo	**(-) Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**	**(-) Provisão para perda**
Planta de Metanol	86.364	(73.171)	13.193	(13.193)
Planta de Monopentaeritritol	4.851	(3.562)	1.289	(1.289)
	91.215	**(76.733)**	**14.482**	**(14.482)**

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo líquido destes ativos está provisionado para perda na sua totalidade e os ativos encontram-se hibernados, em condições de uso. A Administração tem se empenhado na busca de alternativas que viabilize a utilização desses ativos nos negócios da Companhia ou de terceiros. A movimentação do ativo imobilizado é demonstrada como segue:

Continua»»»

	Taxa média anual de depreciação (%)	2016	Adições	Baixas	2017
Custo					
Terrenos		4.322	-	-	**4.322**
Edificação e benfeitorias		8.540	-	(35)	**8.505**
Máquinas e equipamentos		158.951	**329**	**(5.644)**	**153.636**
Veículos		67	**39**	-	**106**
Móveis e utensílios		1.732	-	-	**1.732**
Computadores e periféricos		3.870	**2**	-	**3.872**
Almoxarifado		1.693	-	-	**1.693**
Outros		49	-	(88)	(39)
		179.224	**370**	**(5.767)**	**173.827**
Depreciação acumulada					
Edificações e Benfeitorias		(5.572)	**(176)**	**21**	**(5.727)**
Máquinas e equipamentos	5	(122.250)	**(5.792)**	**4.921**	**(123.121)**
Veículos	20	(51)	**(12)**	-	**(63)**
Móveis e utensílios	10	(1.655)	**(18)**	-	**(1.673)**
Computadores e periféricos	20	(3.674)	**(115)**	-	**(3.789)**
		(133.202)	**(6.113)**	**4.942**	**(134.373)**
(-) Provisão para perda		(17.753)	**(1.400)**	**4.671**	**(14.482)**
		28.269	**(7.143)**	**3.846**	**24.972**

12. Empréstimos e financiamentos (Controladora e Consolidado)

Modalidade e encargos anuais	2017	2016
Moeda nacional		
Capital de giro - CDI + 2,00 % a.a. a 6,00% a.a. **(i)**	**26.999**	24.403
Moeda estrangeira		
Capital de giro - Finimp - 4,23% a 6,8% a.a. **(i)**	**5.195**	11.018
	32.194	**35.421**
Passivo circulante	**12.903**	34.421
Passivo não circulante	**19.291**	1.000

(i) A garantia para essas operações da Copenor é o aval da própria Companhia. Conforme mencionado no último parágrafo do contexto operacional, importante destacar, que em 24 de julho de 2017 a Administração da Companhia assinou contrato de alongamento da dívida através de uma operação de empréstimo na modalidade CCB (cédula de crédito bancário), no valor de R$ 27.446 mil, para pagamento em 28 (vinte e oito) parcelas mensais não lineares, com garantia de cessão fiduciária do contrato de Fornecimento com Monsanto. Essa operação sindicalizada com os Bancos Itaú, Santander e Bradesco possui *covenants* financeiros na data de 31 de dezembro de cada ano como segue:

Covenants	2017	2018	2019
Dívida Bruta Máxima	R$ 35 Milhões	R$30 Milhões	R$25 Milhões
CAPEX anual máximo	R$2 Milhões	R$2 Milhões	R$2 Milhões
Razão Dívida Financeira Líquida e o EBITDA	2,75x	2,5x	2,5x

Em 31 de dezembro de 2017 todos esses covenants foram cumpridos com folga pela Companhia. As demais operações não possuem *covenants* financeiros. Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	1.000
2018	**19.291**	-

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é demonstrada como segue:

	Moeda estrangeira Passivo Circulante	Moeda estrangeira Não circulante	Consolidado Total
Em 31 de dezembro de 2016	34.421	1.000	35.421
Ingressos	**19.450**	**22.183**	**41.633**
Encargos	**3.895**	-	**3.895**
Variação monetária e cambial	**257**	-	**257**
Transferências	**3.892**	**(3.892)**	-
Amortizações (principal e juros)	**(49.012)**	-	**(49.012)**
Em 31 de dezembro de 2017	**12.903**	**19.291**	**32.194**

Os índices e taxas serão aplicados sobre o valor nominal do início até o término do período de vigência. Não há valores justos dos contratos de *swap* em aberto em 31 de dezembro de 2017.

	2017	2016
Swaps (ponta ativa)	-	9.575
Swaps (ponta passiva)	-	8.934
	-	**641**
Circulante	-	641
Não circulante	-	-

As movimentações do derivativo para os exercícios são como segue:

	2017	2016
Saldos em 1º de janeiro	**641**	6.175
Liquidação	**6**	(1.062)
Perda	**(716)**	(6.472)
Ganho	**69**	2.000
Saldos em 31 de dezembro	-	**641**

Em 31 de dezembro de 2017, a Copenor não utilizou a metodologia de *"hedge accounting"* para contabilização dos seus instrumentos financeiros derivativos.

13. Transações entre partes relacionadas (Controladora e Consolidado)

	Controladora Metanor 2017	Controladora Metanor 2016	GPC Química S.A. 2017	GPC Química S.A. 2016	Petrobras S.A 2017	Petrobras S.A 2016	Petrobras Biocombustível S.A 2017	Petrobras Biocombustível S.A 2016	Consolidado Total 2017	Consolidado Total 2016
Ativo circulante										
Contas a receber	-	-	-	-	**12**	12	**1.078**	1.800	**1.090**	1.812
Ativo não circulante										
Contas a Receber (Nota 7 (a))	-	-	**5.880**	6.084	-	-	-	-	**5.880**	6.084
Contas a Receber - Mútuo	**11.982**	11.789	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo circulante										
Fornecedores - Mútuo	-	-	-	-	-	45	-	182	-	228
Passivo não circulante										
Mútuo **(iii)**	**4**	4	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado										
Compras	-	-	**2.542**	10.276	**3.265**	7.141	-	-	**5.807**	17.417
Vendas **(i)**	-	-	-	-	**108**	97	**22.529**	17.539	**22.637**	17.636
Despesas gerais e administ.**(ii)**	-	-	-	-	**1.162**	782	-	-	**1.162**	782

(i) Referem-se às vendas de Metanol realizadas pela Copenor para suas controladoras Petrobras S.A. e Petrobras Biocombustível S.A., ademais, vendas de Formaldeído (Formol) para a controladora Petrobras S.A.. (ii) Despesa relativa aos honorários de funcionários cedidos pela Petrobras S.A., os quais são pagos pela Copenor, através de notas de débito. (iii) Mútuo existente entre a Metanor e a Copenor atualizado pela variação do IGPM e sem prazo determinado. A Copenor registra, até 31 de dezembro de 2017, o montante global de R$ 2.002 (31 de dezembro de 2016 - R$ 1.868) de despesas com honorários dos Administradores e Diretoria Executiva. A Copenor não concede benefícios pós emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração. **14. Tributos Federais: Imposto de renda, Contribuição Social e Finsocial**- A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, que são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com o regime de competência. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são registrados somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.**a) Imposto de renda e contribuição social corrente -** A seguir a conciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação da alíquota vigente combinada de 34%:

	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Lucro/Prejuízo antes da tributação	**1.323**	(26.996)
Alíquota nominal vigente	**34%**	34%
Créditos fiscais não reconhecidos	-	9.179
Imposto de renda e contribuição social	**(450)**	-
Adições permanentes:		
Despesas não dedutíveis (34%)	**(9)**	(5)
Adições temporárias:		
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	**(428)**	(15)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(109)
Provisão para perda no imobilizado	**(476)**	(5.667)
Exclusões:		
Reversão da PCLD	-	959
Reversão de contingências trabalhistas	**280**	-
Receitas isentas de impostos	**9**	-
Reversão/realização da depreciação de imobilizado provisionado	**1.588**	-
Efeito fiscal da baixa do ativo diferido	**355**	406
Créditos fiscais não reconhecidos	**(641)**	(4.479)
Outros	**(228)**	(269)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a realização do custo atribuído (nota 14 c)	**344**	345
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa (nota 14 f)	**1.837**	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**2.181**	345
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**2.181**	345

b) Tributos diferidos ativos - Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui prejuízos fiscais, base negativa de CSLL e diferenças temporárias nos montantes de R$ 77.218 (2016 - R$ 75.332), R$ 37.484 (2016 - R$ 35.598) e R$ 5.422 (2016 - R$ 4.506), respectivamente sobre os quais não foram, constituídos ativos fiscais diferidos em razão do histórico de prejuízos anteriores e das incertezas quanto a geração de resultados tributáveis futuros. **c) Tributos diferidos passivos -** A Copenor constituiu Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos em decorrência do registro do custo atribuído (deemed cost) conforme descrito na Nota 11 e cuja movimentação encontra-se demonstrada abaixo:

	2017	2016
Saldos em 1º de janeiro	**(4.529)**	(4.874)
Realização dos impostos diferidos	**344**	345
Saldos em 31 de dezembro	**(4.185)**	(4.529)

d) Finsocial - Em 1992, as empresas Metanor, Copenor e Gasnor, ingressaram com Ação Ordinária 920000347-8, visando o reconhecimento da inconstitucionalidade da majoração da alíquota do FINSOCIAL, com a restituição de todos os valores pagos à maior. A ação foi ao final julgada procedente pelo TRF da 1ª Região, que acolheu o apelo das Companhias, após o reconhecimento pelo STF da inconstitucionalidade da majoração das alíquotas do FINSOCIAL, fixado à alíquota de 0,5%, tendo a decisão transitado em julgado em 1994. A perícia técnica, entretanto, divergiu dos cálculos apresentados pelas Companhias, pela não inclusão dos expurgos inflacionários, adotando a atualização monetária com base na Norma de Execução Conjunta da Receita Federal nº 08/1997, em que pese a orientação jurisprudencial já firmada (STJ - REsp: 1093159 SP, Julg. 09/12/2008 e TRF1; AC 2006.34.00.027290-2/DF; 8ª Turma, Julg. 07/08/2017), de inclusão dos expurgos nas repetições de indébito, conforme cálculos das diferenças abaixo:

Empresa	Valor a restituir - Cálculo empresa	Valor a restituir - Cálculo Receita/Perícia
Copenor/Gasnor	R$ 2.016	R$ 1.684

A Sentença da Liquidação por Artigos adotou o relatório e cálculos da Perícia, o que motivou a interposição de recurso de apelação pelas Companhias visando a inclusão dos expurgos inflacionários ao cálculo do crédito a ser restituído, estando os autos no TRF da 1ª Região desde 11/2008, aguardando julgamento pela 8ª Turma. **e) Adesão ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributaria -** A despeito da existência do crédito em favor da Copenor, decorrente de decisão transitada em julgado reconhecendo o direito às diferenças do FINSOCIAL, na Ação Ordinária 92/347-8 [1], a Fazenda se posicionou contra as compensações realizadas em 2003 e 2004 com débitos vincendos, de tributos federais diversos sob argumento de que não haveria ainda nos autos, o transito em julgado da liquidação por artigos, necessária à apuração do quantum, bem como, que teria sido negado no processo, o direito à compensação, tendo em vista que o pedido inicial seria de restituição. Tendo em vista a existência de tais débitos em situação de exigibilidade, decorrente do PAF 13502.720762/2017-73 em que pese toda a argumentação realizada pela Companhia no âmbito administrativo, chegando a opor Recuso Extraordinário perante a Corte Superior do CARF, não foi possível reverter o posicionamento administrativo. Afora a discussão da viabilidade das compensações, verificou-se a possibilidade de adesão ao PERT- Programa Especial de Regularização Tributaria, até 30/08/2017, conforme termos da MP 783/2017 e IN/SRF 1711/2017, sendo esta, uma possível forma de resolução da pendência, com a liberação da certidão de regularidade da Companhia, com menor impacto para esta, tendo em vista as condições para adesão ao parcelamento/pagamento. A vantagem de termos aderido ao PERT para quitação desses débitos foi, além da redução de 90% dos juros e utilização de Base de Cálculo Negativa da CSLL, o benefício que essa quitação proporcionaria ainda, a restauração dos créditos do FINSOCIAL em favor da Companhia.

		Forma de Pagamento - PERT		
Empresa	Débito Total	Em Espécie	Com Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	Redução com a Adesão ao PERT
Copenor	4.540	354	1.837	2.349

15. Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Consolidado)

Saldo em 1º de janeiro de 2016	3.197
Adições	44
Baixas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**3.241**
Adições	**1.260**
Baixas	**(604)**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**3.897**

Trabalhistas e cíveis - Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia era parte em ações indenizatórias e trabalhistas, cujos valores envolvidos totalizavam aproximadamente R$ 1.545 (2016 - R$ 2.612) cujas chances de êxito, baseada na opinião dos advogados contratados pela Companhia, são consideradas como possíveis, logo nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações contábeis. Para os processos classificados pelos consultores jurídicos como perda provável, a Copenor mantêm provisão de R$ 3.897 em 31 de dezembro de 2017 (2016 - R$ 3.241). **Fiscal - a) Multa isolada - CSLL -** A Companhia possuía alguns autos de infração em que foi imputada penalidade pelo não recolhimento ou diferenças no recolhimento das estimativas mensais da CSLL, sendo aplicada a multa isolada prevista na Lei no 9.430/96. Em recente Acórdão, proferido em processo administrativo da Companhia, o CARF determinou o cancelamento do lançamento da multa isolada, tendo em vista a aplicação da multa de ofício. Tal decisão transitou em julgado, sendo afastada a cobrança da multa isolada. **b) Outros tributos** - Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía processos fiscais no montante de R$ 10.306 (2016 - R$ 13.986), que baseado na opinião dos advogados responsáveis pela defesa as chances de êxito são consideradas como possíveis, logo nenhuma provisão foi constituída às demonstrações contábeis. **Depósitos judiciais -** Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui depósitos judiciais relativos a causas cíveis, trabalhistas e tributárias nos montantes de R$ 5.720 (2016 - R$ 6.609). **16. Patrimônio líquido - a) Capital social** - capital social subscrito e integralizado no montante de R$ 112.960, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, está representado por 6.659.842.229 ações sem valor nominal, sendo 2.794.013.037 ordinárias, 3.618.529.033 preferenciais classe "A", 8.960 preferenciais classe "B" e 247.291.199 preferenciais classe "C". As ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" não têm direito a voto, tendo, entretanto, os seguintes direitos: a) prioridade na distribuição de um dividendo mínimo não cumulativo de 6% (seis por cento) ao ano, calculados sobre o valor resultante da divisão da parcela do capital social correspondente a cada uma dessas classes de ações pela quantidade das ações respectivas de cada classe, limitado aos lucros disponíveis para distribuição aos acionistas; b) prioridade no reembolso do capital até o seu valor patrimonial, nos casos de liquidação da Companhia; c) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos de capital decorrentes de correção monetária e da incorporação de reservas ou lucros; e d) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de reservas disponíveis e lucros suspensos, depois de assegurado igualmente às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) ao ano, pago às preferenciais. **b) Reserva legal -** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido (quando aplicável) do exercício até o limite de 20% do valor do capital social ou quando o saldo desta reserva somado ao montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. **c) Reserva de capital -** Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possui registrado reserva de capital no montante de R$ 16.128, correspondente a reserva de incentivo fiscal do imposto de renda reconhecida até 31 de dezembro de 2007 diretamente no patrimônio líquido. **d) Ajuste de avaliação patrimonial** - Os saldos decorrentes da adoção do custo atribuído são realizados com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que foram objeto. Em 31 de dezembro de 2017 o montante registrado na conta de ajuste de avaliação patrimonial é de R$ 8.126 (2016 - R$ 8.795). **17. Custo de ociosidade -** A Companhia vem registrando seus custos fixos inerentes ao processo produtivo que se perdem devido à ausência de produção durante as paradas programadas ou não, no resultado do exercício, alocadas no grupo de despesas operacionais, no montante de R$ 1.222 (2016 - R$ 5.587). **18. Plano de pensão - previdência privada -** Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui 2 planos de previdência complementar, sendo: Plano BD (Plano Previnor de Benefício Definido), saldado e que não permite novas adesões, com 65 (2016 - 50) participantes entre ativos e assistidos e o Plano CD (Plano Previnor de Contribuição Definida) com 124 (2016 - 173) participantes ativos e assistidos. Estes planos são administrados pelo Fundo de pensão multipatrocinadora PREVINOR, entidade fechada de previdência complementar, multi-patrocinada, mas de responsabilidade não solidária entre os patrocinadores. O plano Previnor BD contempla benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, por invalidez e pensões por morte. O plano Copenor CD, embora legalmente classificado como de Contribuição Definida, oferece os benefícios programados com a característica de poupança individual não apresentando déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes, mas oferece benefícios de cobertura de auxílio-doença, invalidez e pensão por morte de participante em atividade, na modalidade de Benefício Definido, sendo o seu custo dimensionado anualmente implicando na determinação do custeio. As contribuições acumuladas no exercício findo em 31 de dezembro 2017 totalizaram R$ 944 (2016 - R$ 1.067). Em conformidade com a Deliberação CVM n° 695/12 que aprovou o CPC 33 (R1) os planos de pensão foram submetidos a avaliação atuarial anual, por Atuário Independente, cujos resultados estão apresentados a seguir: Valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Plano BD 2017	Plano BD 2016	Plano CD 2017	Plano CD 2016
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	**12.169**	11.269	**77**	76
Valor justo dos ativos do plano	**(24.706)**	(23.418)	**(381)**	(339)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	**(12.537)**	**(12.149)**	**(304)**	**(263)**
Efeito do limite de reconhecimento de ativo de benefício definido	**12.537**	12.149	**304**	263
Passivo / (Ativo) atuarial líquido	-	-	-	-

	Plano BD 2017	Plano BD 2016	Plano CD 2017	Plano CD 2016
Custo do serviço corrente (com juros)	-	-	**12**	20
Juros sobre as obrigações atuariais	**1.197**	1.288	**7**	14
Rendimento esperado dos ativos do plano	**(2.542)**	(3.000)	**(36)**	(42)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	**1.345**	1.712	**29**	28
Contribuições de participantes no ano	-	-	-	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	-	-	**12**	**20**

As movimentações no valor presente da obrigação com os planos são os seguintes:

	Plano BD 2017	Plano BD 2016	Plano CD 2017	Plano CD 2016
Valor das obrigações no início do ano	**11.269**	9.078	**76**	111
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	-	-	**12**	20
Juros sobre obrigação atuarial	**1.197**	1.288	**7**	14
Benefícios pagos no ano	**(887)**	(824)	-	-
Obrigações - (G)/P	**590**	1.727	**(18)**	(69)
Mudança nas premissas financeiras	**662**	1.697	**9**	6
Ganhos/Perdas por ajustes de experiência	**(72)**	30	**(9)**	(75)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**12.169**	**11.269**	**77**	**76**

As movimentações no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano BD 2017	Plano BD 2016	Plano CD 2017	Plano CD 2016
Valor justo dos ativos no início do ano	**23.418**	20.581	**339**	295
Benefícios pagos no ano	**(887)**	(824)	-	-
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	-	-	-
Contribuições de patrocinadora vertidas no ano	-	-	-	-
Rendimento esperado dos ativos no ano	**2.542**	3.000	**36**	42
Ajuste do Ativo	-	-	-	-
Ganho / (Perda) sobre os ativos	**(367)**	661	**6**	2
Valor justo dos ativos no final do ano	**24.706**	**23.418**	**381**	**339**

As principais premissas econômicas e biométricas adotadas na avaliação dos planos previdenciários foram:

	Plano BD 2017	Plano BD 2016	Plano CD 2017	Plano CD 2016
Taxa anual de juros	**9,52% a.a.**	11,07% a.a.	**9,52% a.a.**	11,07% a.a.
Rendimento de longo prazo dos ativos	**9,52% a.a.**	11,07% a.a.	**9,52% a.a.**	11,07% a.a.
Inflação de longo prazo	**4,00% a.a.**	5,00% a.a.	**4,00% a.a.**	5,00% a.a.
Projeção de crescimento salarial	**4,00% a.a.**	5,10% a.a.	**4,00% a.a.**	7,10% a.a.
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	**4,00% a.a.**	5,00% a.a.	**4,00% a.a.**	5,00% a.a.
Hipótese sobre rotatividade	**0% a.a.**	0% a.a.	**0% a.a.**	0% a.a.
Tábua de mortalidade geral	**AT-2000 (Suavizava em 10%- Sexo)**	AT-2000 (Suavizava em 10%- Sexo)	**AT-2000 (Suavizava em 10%- Sexo)**	AT-2000 (Suavizava em 10%- Sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	**RP-2000 *Disable* (Sexo) *Wyatt 1985 Disability Study Class 1 Unissex***	RP-2000 *Disable* (Sexo) *Wyatt 1985 Disability Study Class 1 Unissex*	**RP-2000 *Disable* (Sexo) *Wyatt 1985 Disability Study Class 2 Unissex***	RP-2000 *Disable* (Sexo) *Wyatt 1985 Disability Study Class 2 Unissex*
Tábua de entrada em invalidez				

As taxas esperadas de retorno dos ativos dos planos BD e CD são dadas com base na expectativa de mercado e cenário econômico descrito abaixo, respeitando a alocação em cada segmento. Os ativos de renda fixa referenciados na taxa de juros CDI tendem a ter rentabilidade próxima a taxa de juros. Já os ativos indexados a inflação tendem a sofrer influência do índice de inflação (IPCA e IGPM) e da marcação a mercado das taxas de juros. Já os ativos de renda variável são alocados com base nos benchmarks pré-determinados. A carteira do Plano é composta por títulos de renda fixa de longo prazo indexado a inflação. Desta forma, sua rentabilidade esperada é composta principalmente pela expectativa de inflação de curto prazo e pela marcação a mercado da taxa de juros real destes títulos. Levando em consideração o cenário base da empresa com inflação próxima a 4% para o ano de 2018 e com base nas taxas de juros negociadas pelo mercado, a rentabilidade projetada para a carteira de investimentos para o exercício de 2018 é de 9,52% a.a. O retorno real dos ativos do plano no ano de 2017 foi de R$ 2.175 para o Plano BD e de R$ 42 para o Plano CD.

Continua»»»

COPENOR - COMPANHIA PETROQUÍMICA DO NORDESTE - CNPJ/MF Nº 16.234.627/0001-47 - NIRE Nº 29300002097

	Plano BD		Plano CD	
	2017	2016	2017	2016
Evolução patrimonial:				
1 (Ganho)/Perda no período	**367**	(661)	**(6)**	(2)
2 (Ganho/Perda em % do patrimônio	**1,487%**	(2,822%)	**(1,460%)**	(0,512%)
Evolução das obrigações:				
1 (Ganho)/Perda no período	**590**	1.727	**(18)**	(69)
2 (Ganho)/Perda em % da obrigação	**4,848%**	15,327%	**(23,194%)**	(89,972%)
3 Mudança nas premissas financeiras	**662**	1.697	**9**	6
Resultado do Plano:				
1 Obrigação Atuarial	**12.169**	11.269	**77**	76
2 Valor justo dos ativos	**(24.706)**	(23.418)	**(381)**	(339)
3 Resultado do plano	**(12.537)**	(12.149)	**(304)**	(263)
4 Efeito do limite	**12.537**	12.149	**304**	263
5 Resultado do plano	**-**	-	**-**	-

A entidade elabora um estudo de ALM (*Asset Liability Management)* para gerenciamento de risco dos planos. Relativamente à Parte de Risco, não houve previsão de recolhimento de contribuições no exercício de 2017 e pelos resultados não deverá haver para o exercício de 2018. **Fluxo de pagamentos para os próximos 10 anos -** Relativamente aos participantes em atividade no Plano BD estima-se em 10 anos o tempo médio faltante para que as pessoas estejam em gozo de benefício e os atuais assistidos tem vida média esperada de 21 anos.

Ano	Despesa
2018	922
2019	952
2020	983
2021	1.015
2022	1.046
2023 a 2027	5.805

Para o Plano CD, a estimativa passa a ser de 10 anos para o tempo médio faltante para que as pessoas estejam em gozo de benefício e os atuais assistidos tem vida média esperada de 21 anos.

Ano	Despesa
2018	19
2019	18
2020	15
2021	14
2022	12
2023 a 2027	51

A seguir apresentamos o teste de sensibilidade utilizado na correção da taxa de desconto com acréscimo e decréscimo de 0,5%.

	Plano BD		Plano CD	
	2017	2016	2017	2016
Efeito com o aumento de 0,5% no Custo do Serviço Corrente	**-**	-	**-**	-
Efeito com o aumento de 0,5% no Custo dos Juros	**(3)**	(8)	**-**	-
Efeito com o aumento de 0,5% no Valor Presente das Obrigações	**(640)**	(555)	**(2)**	(2)
Efeito com o decréscimo de 0,5% no Custo dó Serviço Corrente	**-**	-	**-**	-
Efeito com o decréscimo de 0,5% no Custo dos Juros	**8**	8	**-**	-
Efeito com o decréscimo de 0,5% no Valor Presente das Obrigações	**712**	612	**2**	3

19. Coberturas de seguros - Em 31 de dezembro de 2017, a Copenor possui as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

	Data da vigência	Consolidado Importância Segurada
Riscos nomeados	31/07/2018	172.050
Responsabilidade civil geral	01/03/2019	10.000
Responsabilidade civil de diretores, conselheiros e administradores	07/02/2019	2.000
Veículos	31/10/2018	150 (RCFV) por veículo

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **20. Receita operacional líquida - Reconhecimento da Receita** - A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previstos nas legislações federais, estaduais e municipais. As receitas de vendas estão deduzidas dos referidos impostos. Os créditos são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

	Controladora		Consolidado	
Receita de vendas de:	2017	2016	2017	2016
Metanol produzido	**-**	34.548	**-**	34.548
Formaldeído produzido	**47.419**	46.089	**47.419**	46.089
Hexametilenotetramina produzido	**12.047**	17.521	**12.047**	17.521
Metilato de Sódio produzido	**-**	11.861	**-**	11.861
Revendas de diversos produtos (i)	**166.382**	101.975	**167.285**	103.064
Receita bruta de vendas	**225.848**	**211.994**	**226.751**	**213.083**
Impostos sobre vendas	**(34.012)**	(28.867)	**(34.012)**	(28.867)
Receita operacional líquida	**191.836**	**183.127**	**192.739**	**184.216**

(i) Conforme mencionado na Nota 1, a Copenor efetua revenda de produtos, a maior parte desta receita é proveniente da revenda de metanol (aproximadamente 74% do saldo).

21. Custo dos produtos vendidos, despesas gerais e administrativas e outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
Custo dos produtos vendidos:	2017	2016	2017	2016
Matéria prima	**(140.329)**	(132.499)	**(141.157)**	(133.528)
Custos diretos	**(5.358)**	(12.085)	**(5.358)**	(12.085)
Custos indiretos	**(4.322)**	(6.032)	**(4.322)**	(6.032)
Depreciação	**(1.458)**	(3.990)	**(1.458)**	(3.584)
Tratamento de efluentes	**(293)**	(621)	**(293)**	(621)
Utilidades (Energia elétrica e agua)	**(674)**	(1.600)	**(674)**	(1.600)
Total	**(152.434)**	**(156.827)**	**(153.262)**	**(157.450)**

	Controladora e Consolidado	
Despesas com vendas:	2017	2016
Salários, encargos e comissões	**(1.512)**	(1.668)
Fretes e carretos	**(15.665)**	(11.621)
Total	**(17.177)**	**(13.289)**

	Controladora e Consolidado	
Gerais e administrativas:	2017	2016
Pessoal	**(5.581)**	(6.635)
Conservação e manutenção	**(798)**	(1.661)
Serviços de terceiros (i)	**(1.361)**	(1.694)
Viagens	**(320)**	(382)
Tributos	**(685)**	(593)
Aluguéis e leasing	**(142)**	(146)
Depreciação e amortização	**(326)**	(360)
Outras	**(664)**	(509)
Total	**(9.877)**	**(11.980)**

(i) Refere-se principalmente a gastos com segurança, manutenção predial e assessoria jurídica.

	Controladora e Consolidado	
Outras despesas operacionais, líquidas	2017	2016
Ajuste de inventário	**(155)**	(655)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**-**	2.498
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	**(1.260)**	(44)
Receitas PIS MP 66 e COFINS	**46**	139
Efeito liquido da baixa de ativo imobilizado	**-**	-
Desconto Programa Pert	**2.283**	-
Provisão para perdas de imobilizado	**(1.400)**	(16.843)
Provisão demais débitos parcelamento REFIS	**(545)**	-
Outras despesas, líquidas	**(401)**	451
Total	**(1.432)**	**(14.454)**

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras:	2017	2016	2017	2016
Rendimentos sobre aplicações financeiras	**344**	824	**344**	824
Ganhos com instrumentos financeiros	**69**	2.000	**69**	2.000
Operação NDF	**-**	119	**-**	119
Outras receitas financeiras	**275**	497	**275**	497
Total das receitas financeiras	**688**	**3.440**	**688**	**3.440**
Despesas financeiras:				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	**(4.139)**	(4.050)	**(4.139)**	(4.050)
Perdas com instrumentos financeiros	**(716)**	(6.472)	**(716)**	(6.472)
Operação NDF	**(285)**	(332)	**(285)**	(332)
Fianças bancárias	**(3)**	(38)	**(3)**	(38)
Despesas bancárias	**(54)**	(50)	**(58)**	(53)
Juros sobre impostos parcelados	**(4)**	-	**(4)**	-
Juros de Mora	**(327)**	(646)	**(327)**	(646)
IOF - Imposto com Operações Financeiras	**(548)**	(634)	**(548)**	(634)
Outras	**(708)**	(552)	**(708)**	(552)
Total	**(6.784)**	**(12.774)**	**(6.788)**	**(12.777)**
Variação cambial, líquida	**(356)**	2.854	**(344)**	2.753
Resultado financeiro	**(6.452)**	**(6.480)**	**(6.444)**	**(6.584)**

23. Resultado por ação - Demonstramos a seguir os cálculos do prejuízo e lucro básico por ação:

	2017	2016
Lucro / (Prejuízo) atribuíveis aos Acionistas da Sociedade	**3.149**	(27.057)
Média ponderada de ações:		
Ordinárias	**2.794.013.037**	2.794.013.037
Preferenciais “Ã”	**3.618.529.033**	3.618.529.033
Preferenciais “B”	**8.960**	8.960
Preferenciais “C”	**247.291.199**	247.291.199

Em decorrência de não existirem ações ordinárias potenciais diluídas, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores Executivos da Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste, examinaram, reviram, discutiram e concordam, quanto as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2017, compreendendo: balanços patrimoniais, demonstrações dos resultados dos exercícios, demonstrações das mutações do patrimônio líquido e resultados abrangentes, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, ante as informações prestadas pelo Contador da Companhia e considerando, ainda, o Relatório do Auditor Independente da BDO RCS Auditores Independentes S.S.; aprovaram e concordam com os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Camaçari, 20 de março de 2018.

Margareth Feijó Brunnet - Diretora Presidente

Emílio Salgado Filho - Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Os Diretores Executivos da Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste, declaram que examinaram, reviram, discutiram e concordam com todas as informações contidas nestas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como concordam com a opinião da BDO RCS Auditores Independentes S.S., referenciadas no Relatório do Auditor Independente, apresentado nesta Demonstração Financeira Anual

Camaçari, 20 de março de 2018.

Margareth Feijó Brunnet - Diretora Presidente

Emílio Salgado Filho - Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Amin Alves Murad - Presidente

João Ricardo Barusso Lafraia - Vice-Presidente

CONSELHEIROS

João Carlos Peixoto de Castro Palhares

Fábio Lopes de Azevedo

DIRETORIA EXECUTIVA

Margareth Feijó Brunnet - Diretora Presidente

Emílio Salgado Filho - Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Emanuel Alberto Nunes de Almeida - Gerente Corporativo

Paulo César Lôbo Souza - Contador - CRC-14.556-BA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da **Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste** - Camaçari - BA

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste (“Companhia”)**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - ICMS a recuperar -** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2017 saldo de ICMS a recuperar no montante de R$ 4.630 mil, registrado no ativo não circulante. A Administração da Companhia estava discutindo judicialmente a origem dos mesmos, para utilizá-los através de transferência a partes relacionadas, a terceiros ou compensação com ICMS pago na importação de matéria-prima. Em 13 de junho de 2016, transitou em julgado decisão favorável à Companhia, sendo reconhecido em definitivo a procedência dos créditos. A realização desses créditos depende inicialmente apenas de ajustes no cadastro junto a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. - **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** - As demonstrações contábeis da **Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram por nós examinadas que emitimos relatório em 10 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis, contendo ênfases sobre i) paralisação da planta industrial de Monopenta; e ii) reapresentação dos valores correspondentes. Essas duas ênfases não existem para este exercício de 2017. A terceira ênfase que foi apresentada para 2016 é quanto ao ICMS a recuperar, mesma ênfase apresentada para 2017. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor -** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 15 de março de 2018.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 – S – BA
Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S – BA